

# **A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ESPACIAL: o caso das cidades da Amazônia brasileira**

Dr. Jairon Alcir Santos do Nascimento  
UFAC/MCT/CTNBio  
jalcir@mct.gov.br

Prof. Dr. Cláudio Antônio de Mauro  
UNESP/IGCE/Rio Claro-SP  
claudiodemauro@pop.com.br

## **RESUMO**

A sustentabilidade ambiental urbana, se concebe como um atributo sistêmico dos espaços, paisagens e territórios, considerados como sistemas ambientais. É partindo desta premissa que se considera o desenvolvimento urbano sustentável, como um modelo que pode ser considerado a partir de diversas interpretações político-ideológicas. Na América Latina, predominaram os processos de insustentabilidade urbana, pois se considerava o meio natural como um receptáculo capaz de ser dominado pela dependência da vontade humana. É ainda mais evidente a insustentabilidade urbana na Amazônia brasileira, dada a fragilidade intrínseca dos sistemas ambientais, e a tendência na região a construção de modelos completamente distantes da dinâmica social e natural inerente a estes sistemas. A construção de sociedades sustentáveis na Amazônia brasileira, passa não somente por um processo de incorporação da sustentabilidade ambiental como também por processos de desenvolvimento urbano, senão e por sobre tudo mudanças estruturais, econômicas, sociais e ambientais.

**Palavras chaves:** sustentabilidade ambiental, desenvolvimento urbano, Amazônia brasileira.

## **ABSTRACT**

The urban ambient sustainable, conceives as a systemic attribute of the spaces, landscapes and territories, considered as ambient systems. It is leaving of this premise that if considers the sustainable urban development, as a model that can be considered from diverse politician-ideological interpretations. In Latin America, the processes of urban insustentabilidade had predominated, therefore if it considered the natural way as receptáculo capable to be dominated by the dependence of the will human being. The urban insustentabilidade in the Brazilian Amazônia, given the intrinsic fragility of the ambient systems, and the trend in the region is still more evident the construction of completely distant models of inherent the social and natural dynamics to these systems. The construction of sustainable societies in the Brazilian Amazônia, not only passes for a process of incorporation of the ambient sustainable as well as for processes of urban development, over all and for above all structural, economic, social and ambient changes.

**Key words:** ambient sustainable, urban development, Brazilian Amazônia.

---

## **Introdução**

Urbanização e crise ambiental são dois dos fenômenos que caracterizam a época atual, e que caminham em conjunto. A urbanização não é simplesmente o crescimento do número e tamanho da população das cidades e da população urbana, mas é também o predomínio de novos padrões do uso do espaço e das relações ambientais entre os seres humanos e seu entorno.

Os tradicionais padrões de um equilíbrio entre um meio rural e um meio urbano, no estilo de vida campesina, garantiam o uso do espaço, a satisfação de suas necessidades alimentares e a formação de cultura autóctone, de tal forma que a população se enraizava de forma afetiva com o seu entorno. Estas foram substituídas por padrões de concentração urbana. A partir do ponto de vista ambiental, a urbanização provoca intensos impactos nas áreas urbanas e seus campos de influência e se ampliam nos espaços

vazios ou re-naturalizados, com impactos cada vez menos intensos e difusos sobre o meio natural. Os territórios urbanos, se converteram cada vez mais nos espaços onde a gestão se faz mais complexa, já que neles os efeitos da crise civilizatória se fazem mais claros e evidentes. Se fala assim numa verdadeira “bomba urbana trônica” e que a cidade ocupa o epicentro da problemática ambiental (PERCI, 1995).

A crise ambiental, responde em grande parte ao modelo urbano que se foi construindo nos últimos 50 anos. Conformado por cidades improdutivas, devoradoras de todos os bens e serviços e do espaço, produtora de resíduos e contaminantes de todos os tipos, formadoras de estilos de vida irracionais, que são em grande parte a causa do desequilíbrio ambiental e espacial, da intensa deterioração ambiental e das complicadas mudanças nos sistemas naturais. É evidente que predominou um uso irracional do espaço, do entorno, uma espontaneidade e uma falta de consideração do funcionamento dos sistemas naturais, que constituem o suporte das cidades, e uma carência em considerar os valores estéticos, culturais e afetivamente sensíveis no novo espaço urbano que se foi criando.

Os círculos governamentais, tanto a nível mundial como nacional, os intelectuais, os profissionais, e a sociedade civil, de uma ou de outra maneira, concordam que é imprescindível uma mudança em relação ao rumo da sociedade – natureza. A noção de sustentabilidade e concepção de desenvolvimento sustentável, como novo modelo de desenvolvimento, foi apontada por todos cada vez mais como a solução. Sem dúvida o urbano encontra nesse novo paradigma o lugar de singular significação. Desta maneira, a aplicação destes novos conceitos na planificação e gestão urbana, traz consigo muitas dúvidas, perguntas e reflexões de diversos tipos. Entre elas podem ser formulados as seguintes: De que forma os processos de urbanização modularam a organização dos espaços e os ambientes nestas sociedades? Como entender o próprio conceito de sustentabilidade urbana? Como abordar a construção de um processo de sustentabilidade urbana nos países em vias de desenvolvimento? Como conceber um modelo de desenvolvimento sustentável, sob condições e contextos políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais diferentes?

Busca-se responder essas e outras perguntas no presente artigo, tomando como referência estudos de casos na América Latina, em condições bem diferentes, mas que também têm algo em comum com os casos das cidades da Amazônia brasileira.

### ***O Desenvolvimento sustentável, paradigma da época atual***

A noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável como o processo que permite sua execução, converteu-se em um dos paradigmas norteadores das civilizações humanas no terceiro milênio. Na realidade, a partir da Conferência das Nações Unidas, celebrada no Rio de Janeiro em 1992, surge a concepção de desenvolvimento sustentável como uma nova matriz discursiva, sendo um ponto de inflexão no diálogo entre as noções sobre meio ambiente e desenvolvimento. Isso coincide com a época na qual o ambientalismo se firma como uma poderosa ideologia/utopia. Na realidade, a concepção de desenvolvimento sustentável faz parte de um projeto mais generalizado que é a institucionalização da problemática ambiental, sendo uma meta relatada, um princípio universal aceito pelos governos e o aparato das Nações Unidas e um campo poli-nucleado do poder. É uma idéia reguladora de outras concepções.

Na atualidade o que predomina é a existência de uma ampla gama de concepções de desenvolvimento sustentável e de interpretações sobre as categorias conceituais básicas de meio ambiente e sustentabilidade.

O paradigma da sustentabilidade urbana, parte essencial da concepção de desenvolvimento sustentável, se vislumbra como uma nova visão que deverá constituir a essência de uma reestruturação da cidade. A visão mais geral e conhecida é a definição oficial das Nações Unidas, que tem seis décadas geracionais, considerando que se trata de garantir a necessária convergência entre os interesses do presente e do futuro, através de uma relação harmônica entre cidade e seu meio ambiente.

Para outros a cidade sustentável, somente se vislumbra a partir de um ponto de vista físico, ou seja, é aquela na qual toda a energia é obtida dos aportes atuais diretos do sol e todos os recursos não renováveis são reciclados (CARRIZOSA, 2001). No extremo a definição de cidade sustentável deveria ter um intercâmbio de bens e serviços, cujos fluxos de energia e matéria não alteram o capital de recursos

naturais que lhe dão sustento, já fora do seu lugar de assentamento ou na região onde exerce influência(LACY, 1996). Do que se trata aqui é entender a cidade como cenário da busca de desenvolvimento. No mais, o paradigma da sustentabilidade urbana se interpreta segundo as correntes político ideológicas, maneira muito diversa, prevalecendo as seguintes visões:

- A dos neoliberais, que a consideram como a cidade competitiva e eficiente, onde o mercado está completamente livre e aberto
- A dos capitalistas reformistas, que propunham o melhoramento da qualidade ambiental, com soluções tecnológicas e mudanças do comportamento humano
- A dos ecosocialistas, que enfatizam a necessidade de um processo de mudança social, que altere radicalmente as estruturas econômicas e políticas
- A dos fundamentalistas verdes, que insistem em humanizar a cidade, desativando a urbanização e prestando ao meio rural, a vida e a natureza um papel protagônico.

A partir do ponto de vista interpretativo e operacionalizador, pode afirmar-se que existem três vias ou caminhos para identificar-se a sustentabilidade urbana, partindo de maneiras diversas nas quais se considera a cidade como referencial:

- Considerar a cidade como um órgão que funciona, onde se produz um intercambio de fluxos de energia, matéria e informação. Trata-se de medir o balanço entre a entrada e saída de tais elementos. Parte-se dos seguintes princípios para o desenvolvimento sustentável: utilizar os recursos e serviços ambientais abaixo de sua capacidade de renovação; distribuir atividades no território de acordo com o potencial natural e praticar tais atividades de maneira que a emissão de contaminantes seja inferior a capacidade de assimilação(RIECHMANN, 1995).
- Considerar a cidade a partir de um ponto de vista de seu padrão territorial, ou seja, como conjunto de espaços de gestão a definir a sustentabilidade urbana, a partir do ponto de vista do padrão de ocupação e apropriação do território. Para ele considera-se critérios referidos à eficiência do território urbano, tanto do ponto de vista de sua coerência espacial e de equipamentos e de sua deterioração ambiental em geral.
- Vê a cidade como a relação entre a morfologia da paisagem construída na sua relação com o fundamento natural que foi erguido. Neste sentido se estabelece a sustentabilidade urbana, como a relação entre a estabilidade dos sistemas naturais e o impacto e padrão de uso urbano determinando categorias, as quais por sua vez se medem por indicadores concretos do estado ambiental, tais como contaminação, qualidade visual, vulnerabilidade, inundações, etc. critérios de infra-estrutura ambiental (sistema de recolhimento de lixo, esgoto, aquedutos).

É partindo destes três procedimentos, que se pretende fazer um diagnóstico da sustentabilidade urbana na América Latina. Para ele é necessário partir de uma noção que sirva de portadora para a sustentabilidade ambiental, constituindo o eixo articulador e sua incorporação no processo de desenvolvimento urbano. Para ele, partiu-se da definição dos seguintes conceitos básicos:

- Considerar o meio ambiente urbano como o ecossistema humano formado pela interconexão entre o sistema humano e os sistemas ambientais que conformas seu meio ambiente (ou seja o sistema natural e os sistemas sócio - econômico – cultural).

. O espaço pode se conceitualizar como o entorno que contém o meio ambiente (GUHL, 1982), estando formado por um conjunto solidário, indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, senão como um quadro único no qual se dá a história. Os objetos formados por objetos naturais que ao longo da história são substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecânicos e depois cibernéticos. O sistema de ações, é um conjunto de relações sociais de produção que são; racionais por via instrumental, racionais pelo valor, tradicionais e afetivas (SANTOS, 1994 e 1996).

. O espaço urbano se constitui por um ambiente heterogêneo formado por áreas edificadas com diferentes padrões do espaço construído, junto com outras áreas com vegetação entrelaçada, por vias que permitem a circulação de todo o fluxo humano, estando conformado pelo tecido social (ANCONA, 1993).

. Se entende a paisagem como a fisionomia e a morfologia do espaço, formando um sistema no qual a cultura é o agente e a paisagem natural o espaço o meio e a paisagem cultural o resultado (SAUER, 1925). Como sistema, a paisagem cultural em íntima relação com o espaço, é formada por: a fenomenologia ou os elementos emissores e formadores da paisagem cultural que são a paisagem natural, suas modificações e usos antropogênicos, assim como os padrões estruturais que formam o sistema de objetos que constituem o espaço, a paisagem visual e a paisagem social.

Espaço e paisagem se consideram como as formas concretas do meio ambiente, ou seja, como a relação entre os sistemas humanos com seu entorno natural e social na superfície do globo terráqueo. Ao definir a sustentabilidade ambiental urbana, considera-se os espaços e paisagens como seus portadores concretos, conceituando-se, como os processos, mecanismos e interações, que permitem conservar a capacidade produtiva, as relações afetivas, e o funcionamento dos atributos sistêmicos de tal maneira que se garanta a qualidade de vidas de seus povoadores. Ao falar de desenvolvimento sustentável, se considera a sustentabilidade ambiental como uma emergência sistêmica, dos espaços e suas paisagens, e como o elemento direcionador, ao qual devem adequar-se e adaptar-se as outras categorias de sustentabilidade (social, econômica e cultural) (MATEO, 2002 e SACHS, 1993).

### ***Espaços, paisagens e sustentabilidade na América Latina***

A rede urbana na América Latina em parte herdou o padrão estabelecido pelas culturas originárias indígenas, algumas das quais tinham já um sólido suporte urbano. Durante a etapa colonial, e até os anos 30-40 do século XX, a rede urbana na América Latina se caracterizou por padrões construtivos que tratavam de ajustar-se ao meio natural e social. Os sistemas naturais, ainda que impactados em determinado grau eram convertidos em paisagens culturais que buscavam uma adaptação ao suporte natural.

A partir de meados do século XIX predominou o acelerado crescimento urbano combinado com a perda da capacidade dos governos e do Estado de regular os ditos processos; o aumento da pobreza urbana pela migração das populações rurais expulsas do campo e o domínio de uma concepção de domínio sobre a natureza, própria do paradigma mecanicista – modernista operante. Todo ele conduziu ao incremento de padrões de uso de forte impacto sobre o meio natural e social, e a ocupação e apropriação irracional de interfaces e sistemas naturais pouco estáveis e frágeis. Ele foi dando lugar ao agudo problema de degradação do meio ambiente urbano, predominante na grande maioria das cidades latino-americanas.

A urbanização no modelo convencional que é a que predominou na América Latina, foi implantada, não considerando em nada o fato de que o urbano constitui ecossistemas humanos, que se manifestam de maneira espacial e que são o resultado de um conjunto complicado de inter-relações entre sub-sistemas, componentes e elementos. Os resultados da implantação deste modelo se resumem nas seguintes características da insustentabilidade urbana: a expansão física e territorial, a concentração, a voracidade ambiental, a homogeneização, a artificialização, a segregação espacial e ambiental, a carência de infraestrutura e equipamento, o consumo de energia exosomática e a lógica do transporte privado em um contexto em que predomina a concentração das decisões e uma planificação e gestão predominantemente

setorial e não articulada ambientalmente.

Pode-se assim mencionar um conjunto de princípios de um modelo de Desenvolvimento Urbano Sustentável, que se contrapõe as características do modelo convencional. Estes princípios são: a concentração espacial, a cidade região, a produção ambiental, a diversidade urbana, a criação de um sistema de interfaces, a justiça espacial e ambiental, a implantação de maneira eqüitativa do equipamento e a infra-estrutura urbana, a ênfase nas fontes alternativas de energia e o papel protagônico da lógica do transporte público(PESCI, 1999).

Para ilustrar a ocorrência destes fenômenos, tomou-se como referência alguns estudos de casos, em dois países bem diferentes de acordo como atual regime sócio-político prevalecente: os casos da Amazônia do Brasil.

### ***A Amazônia brasileira: paisagens urbanas e sustentabilidade***

Na Amazônia a maior parte da população vive em cidades, as que geraram a urbanização da selva. O grau de urbanização não é uniforme, o que reflete um alcance espacialmente diferenciado dos processos de modernização e globalização. Atualmente podem distinguir-se os seguintes tipos de paisagens urbanas na Amazônia brasileira(COELHO, 1998 e BECKER, 1998):

- Pequenos núcleos não planejados de expansão populacional e núcleos emergentes das periferias das grandes obras e empresas, núcleos de apoio as explorações madeireiras e a formação de áreas de pastos e núcleos de exploração mineira a céu aberto, todos com poucos equipamentos urbanos.
- Núcleos pequenos e médios associados a projetos hidroelétricos e mineiro metalúrgicos, planejados para abrigar os empregados das companhias, dotados de certos equipamentos urbanos modernos.
- Cidades pequenas e médias na faixa ribeirinha que são centros urbanos localizados na orla dos rios, dotados de uma estrutura sócio-política tradicional e conservadora, historicamente articulados a um sistema de exploração pouco dinamizado e associado a atividades de subsistência e de extração vegetal de baixo valor comercial.
- Cidades pequenas e médias, situadas nas margens de estradas vinculadas à recente criação da malha regional e a um novo padrão de inserção da região no capitalismo contemporâneo.
- Cidades grandes industrializadas, articuladas a pólos de desenvolvimento e de um significativo papel na organização espacial a nível regional, em geral de criação antiga, tais como os casos de Manaus e Belém.

O processo de urbanização é relativamente recente. Até a segunda metade do século XX predominavam as chamadas cidades florestais, formadas por pequenos núcleos urbanos e as paisagens rurais do período colonial. Esta estrutura urbana se desenvolveu ao longo da densa rede fluvial, tendo os núcleos urbanos a função de constituir pontos comerciais. Esta situação continuou durante o ciclo da borracha, sendo os núcleos pequenos polarizados por cidades médias ou grandes. Com o declínio da borracha, a partir de 1910, as cidades entraram em um período de decadência. Nesta época dominou um modelo predominantemente autóctone, no que a organização urbana estava formada pelas cidades florestais, nas quais sua vida e sua dinâmica dependiam do setor rural e do bosque, predominando a função de abastecer o consumo in situ da mesma produção(FATHEUR, et. al., 1998).

A partir de 1970, a ditadura brasileira impôs um novo modelo de ocupação espacial, quando ao basear-se na doutrina da segurança nacional, tratou de implantar um projeto de modernização. A Amazônia no tal modelo assumiu uma posição chave nesse novo processo. O governo viabilizou e subsidiou a ocupação de terras favorecendo a implantação de mega projetos de exploração e transformação dos recursos e sistemas ambientais. Este plano estatal entrou em contradição com as características do espaço natural e do espaço vivido dos grupos sociais. Faz uns 10 anos que a Amazônia está completando a fase

de incorporação das terras ao novo modelo de exploração e está entrando em cheio em uma fase de degradação e esgotamento das terras, que decrescem em capacidade produtiva, aumentando o êxodo rural para as cidades médias e intermediárias da região onde predomina a marginalização das cidades (MUCHAGATA, 2002).

Este processo de ocupação do espaço era o reflexo da implantação de um modelo de desenvolvimento industrial e expansivo caracterizado pela exploração extensiva dos recursos, o domínio da propriedade latifundiária e tradicional, com a conversão da população nativa em mão de obra barata, a desapropriação dos recursos locais e a desintegração cultural. Fomentou-se uma agro-indústria moderna, cujos benefícios eram socialmente concentrados, destruindo por completo a base de sustentação ecológica e ambiental da natureza. A urbanização tinha um papel protagonista destinado a atrair a migração, construir a base da organização do mercado de trabalho e o locus de ação político-ideológico do estado desenvolvimentista e capitalista dependente.

Este modelo de desenvolvimento e o processo de urbanização a ele associado, teve as seguintes conseqüências:

- Uma dependência cada vez menor das cidades amazônicas de suas áreas rurais circundantes, predominando um modelo de dependência das cidades relacionados aos mega projetos que por sua vez dependem da importação de muitos bens e produtos produzidos fora da região amazônica.
- Um marcado êxodo rural que deu lugar a aglomeração nas cidades dos chamados “índios urbanos”, aculturados, empobrecidos e desterritorializados e de populações tradicionais (produtores de borracha, castanha e outras formas de extração) e trabalhadores rurais sem terra, que perderam o acesso à exploração e uso dos recursos do bosque.
- A polarização urbana, com o crescimento e a concentração desmedida das cidades grandes e médias, a costa das cidades pequenas e vilas e a formação de amplos espaços vazios. Ela tem como resultado a fragmentação das cidades florestais originais e a desarticulação das relações urbano-rurais.
- A criação de áreas urbanas privatizadas de alta qualidade ambiental, associadas à especulação imobiliária e a segregação ambiental urbana.
- A expansão das periferias urbanas e o intenso processo de “favelização” onde se acumulam populações que vivem nas orlas dos rios, em depressões lacustres e planos de inundações que constituem bairros marginais não planejados de ocupação espontânea, onde faltam serviços básicos de todo o tipo, tais como escolas, hospitais, saneamento básico, água potável, energia, transporte e segurança pública.
- Um amplo processo de banalização paisagística, ao converterem-se muitos dos centros históricos em áreas comerciais com forte desterritorialização da qualidade visual e abandono das residências.
- A significativa ocupação das interfases naturais, geossistemas estratégicos (orla do mar, terraços aluviais, mananciais, escarpas, etc.) e o incremento de processos de degradação e do aumento da incidência de fatores naturais degradantes (grandes chuvas ou secas, deslizamentos, etc.).
- A destruição da coesão social e da identidade cultural da população, ao criar-se uma cultura de consumo e desperdício.

A insustentabilidade urbana das cidades da Amazônia brasileira ocorre porque (NASCIMENTO, 2006):

- Estão funcionalmente desbalanceadas ao produzir excesso de rejeitos e não reciclam os dejetos, contaminam a água, provocando inundações e secas pelos obstáculos à drenagem natural e não utilizam

racionalmente os recursos energéticos.

- Estar geologicamente mal implantadas, ao predominar situações de insustentabilidade e criticidade, já que dominaram os padrões de ocupação dominantes nos espaços naturalmente instáveis

- Há desarticulação territorial com predomínio da desorganização e uso irracional dos espaços urbanos, com um crescimento desmedido, um desaproveitamento do espaço, uma alteração significativa dos espaços naturais e dos sistemas estratégicos, um equipamento urbano defeituoso e desbalanceado, a banalização da paisagem e o predomínio de residências em mal estado e a perda do patrimônio estético, paisagístico e cultural.

A partir dos finais do século XX, no Estado do Acre, tratou de implantar um novo modelo de desenvolvimento chamado “governo da floresta”, quando o partido dos trabalhadores (PT) obteve o poder. O Governo do estado, contou com um forte apoio do governo federal que na atualidade é dirigido por membros do mesmo partido. Numerosas medidas foram tomadas e, entre elas destaca-se:

- A construção de um forte sistema viário, que privilegia em particular a integração com Bolívia e Peru.

- A implantação de projetos de modernização urbana, tais como criação de parques, equipamentos diversos, aquedutos e sistemas de esgoto.

- O fomento de algumas atividades de apropriação social dos recursos e de formas de economia solidária em alguns pontos concretos.

- A criação de áreas protegidas nas terras indígenas.

Entretanto, apesar destas medidas, não se pode afirmar que está ocorrendo um verdadeiro processo de criação de um modelo de desenvolvimento sustentável no estado do Acre em particular e na Amazônia brasileira em geral. O verdadeiro obstáculo foi que continua predominando a propriedade privada latifundiária e transnacional sobre as terras e os recursos e serviços ambientais. A este padrão de propriedade, é inerente um uso homogêneo do espaço, uma exploração desmedida dos recursos, a destruição do bosque, a prioridade no desflorestamento e a exploração madeireira. Todo ele traz consigo o empobrecimento de amplas camadas da população, o êxodo rural e o predomínio de formas insustentáveis de desenvolvimento urbano, negando-se a apropriação social, local e comunitária dos recursos e serviços ambientais. Todo ele conduz à espontaneidade na construção urbana, a carência de uma capacidade social para gerir e manejar processo de desenvolvimento.

Somente com a implantação de mudanças estruturais no sistema da propriedade e exploração do meio ambiente, associados a verdadeiros processos de internalização da sustentabilidade ambiental, mediante a implantação de formas de adaptação ao meio natural, é que se pode construir verdadeiros processos de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. A solução é construir um novo modelo de desenvolvimento baseado na incorporação da sustentabilidade ambiental ao processo de desenvolvimento no qual:

- Ocorra uma verdadeira mudança social, onde os grupos sociais e a população local possam ter um papel protagônico no processo de desenvolvimento.

- Se fomente o acesso da população aos recursos e serviços ambientais, privilegiando-se a apropriação social sobre os mesmos, mediante a criação de modelos de economia solidária, tais como cooperativas, diversas formas de associação, etc.

- Se revalorizem a realidade dos recursos florestais e rurais, o modo de produção das populações tradicionais e a agricultura familiar, limitando-se as formas de usos insustentáveis.
- Se limite o crescimento das cidades grandes e medianas, levando-se de fato a reestruturação ambiental das mesmas.
- Criar um sistema de cidades regionais, priorizando-se as cidades pequenas e os sistemas de vilas e povoados.
- Se fomente a agricultura urbana e o abastecimento local de produtos a toda população.

### ***O ambiental e o urbano***

A cidade chegou para ficar. O urbano se converte em uma expressão, não somente existencial, senão e sobre tudo, estrutural e cultural. Pensar na consolidação de um mundo pós moderno, é imaginar a maneira em que a sociedade do futuro deverá consolidar-se como o organizador da vida humana e do meio ambiente que a suporta. Nela, a perspectiva espacial vai convertendo-se assim no fio condutor da sustentabilidade ao ser cada vez mais a configuração espacial no contexto e no que a sociedade se organiza para produzir e viver. De tal maneira, para conquistar processos de sustentabilidade urbana, o ambiental deve considerar a maneira diferenciada; assim:

- Nas circunstâncias em que se precisam de verdadeiras mudanças de estruturas políticas, econômicas e sociais, o ambiental funciona como um fator de mobilização política e social.
- Para as situações nas quais há a necessidade de otimização dos processos de planificação e gestão, o ambiental funciona como fator cultural, como paradigma e rumo dos processos de mudança.

Conquistar a sustentabilidade urbana, nos países da América Latina e em particular a Amazônia brasileira se converte assim numa necessidade imperiosa na conformação de processos de desenvolvimento que conduzam, não somente a melhorias da qualidade de vida, assim como a salvação da própria humanidade, a própria espécie humana de sua autodestruição.

### ***Bibliografia***

- ANCONA, A. L. O plano diretor e a questão ambiental; In: Questão ambiental urbana. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1993. p. 411 – 425.
- BECKER, Berta . **Amazônia**. São Paulo: Editora África, 1998. 112p.
- CARRIZOSA, V. J. Qué es ambientalismo: la visión ambiente compleja; Gestión y Ambiente. Medellín: , Universidad Nacional de Colombia, 2001. Vol. 4, n. 1, p 21 – 26.
- COELHO, M. C. **Cidades da Amazônia em busca de novas interpretações e novos rumos**. Belém: UFPA, 1998. p. 46 –53.
- FATHEUR, T.; ARROYO, J. C.; MACHADO, J. A. C. (Org.). **Amazônia**: estratégias de desenvolvimento sustentável. Belém: Fase,1998. 83 p.
- GUHL, E. **Los páramos circundantes de la Sabana de Bogotá**. Bogota: Jardín Botánico José Celestino Mutis, 1982, 127 p.
- LACY, R. Desarrollo Sustentable y metabolismo urbano; In: EL DESARROLLO sustentable y las metrópolis latinoamericanas; México: El Colegio de México; PNUMA; OFPALC, 1996. p. 119 – 124.
- MATEO, J. **Medio Ambiente y Desarrollo**. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Sede Manizales, 2002. 256 p.

- MUCHAGATA, M. G. O papel das organizações de agricultores nas transformações recentes do uso do espaço em região de fronteira amazônica. Belém: Editora, 2002, p. 237 – 262.
- NASCIMENTO, J. A. S. do, A Floresta Influenciando o Urbano na Construção de uma cidade Sustentável na Amazônia: O Caso de Rio Branco, Acre, Brasil. Jairon Alcir Santos do Nascimento. – Rio Claro: 2006, 157 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.
- PESCI, R. **Desarrollo Sostenible**: territorio y sociedad. Madrid: UNED, 1995. 68 p. (Serie monografías).
- PESCI, R. **La Ciudad de La Urbanidad**. Buenos Aires: Fundación CEPA, 1999. 139 p.
- RIECHMANN, K. Desarrollo sostenible: la lucha por la interpretación; en: De la ecología a la economía”; Ed. Trotta S.A, Fundación Primero de Mayo, Madrid, 1995, 27 p.
- SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. 161 p.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**; 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1994. 123 p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.
- SAUER, C. The morphology of landscape. Publications in **Geography**. California, v. 2, n. 2, p. 19 – 54, 1925

Trabalho enviado em novembro de 2006

Trabalho aceito em dezembro de 2006

